

A Bibliografia Jurídica de Macau nos Últimos 20 Anos Após a Transferência da Soberania: Evolução e Análise

*Wong Kwok Keung**

I. Introdução

O presente trabalho visa fazer um balanço das publicações jurídicas lançadas nos últimos 20 anos após a transferência da soberania de Macau e reflectir o desenvolvimento dos estudos sobre o Direito de Macau com base em dados estatísticos. Até 30 de Maio de 2021, incorporaram-se na bibliografia jurídica de Macau 1.126 publicações, excluindo as dissertações de mestrado, teses de doutoramento e artigos de estudos divulgados em edições periódicas. Em média, foram lançadas 56,3 publicações por ano. De acordo com a Tabela 1 - Informação estatística relativa aos tipos de publicações jurídicas de Macau lançadas de 2000 a 2019, podemos ver que houve 646 publicações integradas na categoria 1 – “referências jurídicas”, incluindo textos jurídicos (464), documentos de consulta (131), publicações periódicas em matéria de Direito (38), acórdãos e decisões de tribunais (13, com 61 volumes) e 480 publicações integradas na categoria 2 – “monografias na área do Direito”, incluindo obras académicas sobre o Direito de Macau (347), outras obras sobre a Ciência Jurídica (46) e obras de divulgação jurídica de Macau (87).

* Bibliotecário-Adjunto da Universidade de Macau.

Tabela 1: Informação estatística relativa aos tipos de publicações jurídicas de Macau lançadas de 2000 a 2019

Categoria	Natureza		2000-2009	2010-2019	Total
1. Referências jurídicas	1	Texto jurídicas-legislação em matérias de construção	10	1	11
	2	Textos jurídicos - legislação de Macau	189	231	420
	3	Textos jurídicos - legislação do exterior	10	23	33
	4	Documentos de consulta sobre leis, regulamentos e regimes jurídicos	56	75	131
	5	Boletins académicos	8	7	15
	6	Boletins informativos	11	4	15
	7	Relatórios de actividades anuais	3	1	4
	8	Publicações periódicas de leis e regulamentos	4	0	4
	9	Acórdãos e decisões de tribunais	12	1	13
2. Monografias na área de Direito	10	Obras académicas sobre o Direito de Macau	117	230	347
	11	Outras obras sobre a Ciência Jurídica	22	24	46
	12	Obras de divulgação jurídica de Macau	50	37	87
Total			492	634	1.126

Analisando com base no número de publicações integradas na categoria 1 – “referências jurídicas” lançadas nos primeiros dez anos após a transferência da soberania de Macau e nos dez anos seguintes, houve 464 textos jurídicos e 131 documentos de consulta publicados em forma de livro, 38 publicações periódicas em matéria de Direito e acórdãos e decisões de tribunais publicados em 13 colectâneas num total de 61 volumes, a saber:

Entre 2000 e 2009, foram lançadas em Macau 303 publicações integradas na categoria “referências jurídicas”. Mais de 95% destas publicações ficam subordinadas ao tema “Macau” e muitas referem-se a diplomas legais de Macau, num total de 272 publicações, incluindo 209 textos jurídicos: 10 referem-se a disposições em matéria de construção, 10 são diplomas legais do exterior e os restantes 189 são diplomas legais locais; 56 são documentos de consulta e 38 são publicações periódicas (11 boletins informativos, 8 boletins académicos, 3

relatórios de actividades anuais, 4 diplomas legais e 12 de acórdãos e decisões de tribunais), etc.

Entre 2010 e 2019, foram lançadas em Macau 343 publicações integradas na categoria “referências jurídicas”, com um aumento de 40 em relação ao número de publicações da mesma categoria lançadas nos dez anos anteriores, incluindo 255 textos jurídicos, dos quais 1 refere-se a disposições em matéria de construção, 23 a legislação do exterior, 231 a legislação local, 68 são documentos de consulta e 12 são publicações periódicas (7 boletins académicos, 4 boletins informativos e 1 relatório de actividades anual) e 1 contempla acórdãos e decisões de tribunais, etc.

Relativamente às monografias na área do Direito:

Entre 2000 e 2009, foram lançadas em Macau 189 publicações integradas na categoria “monografias na área do Direito”, incluindo 117 obras académicas, 50 obras de divulgação jurídica de Macau e 22 outras obras sobre Ciência Jurídica, das quais 167 (88,4%) estão subordinadas ao tema “Macau”.

Entre 2010 e 2019, foram lançadas em Macau 291 publicações integradas na categoria “monografias na área do Direito”, incluindo 230 obras académicas, 37 obras de divulgação jurídica de Macau e 24 outras obras sobre Ciência Jurídica, registando-se um aumento de 102 publicações lançadas no segundo decénio após a transferência da soberania de Macau em relação ao número de publicações da mesma categoria lançadas nos dez anos anteriores. Das publicações integradas na categoria “monografias na área do Direito”, 266 (91,4%) estão subordinadas ao tema “Macau”.

II. Produção de publicações jurídicas em Macau

Para esclarecer a situação de Macau relativamente à produção de publicações jurídicas, o presente capítulo divide-se em quatro partes: 1. Número de publicações lançadas; 2. Língua de publicação; 3. Editoras; 4. Temas académicos abordados.

1. Número de publicações lançadas

A Tabela 2 abaixo - Informação estatística relativa ao número de publicações jurídicas lançadas em Macau de 2000 a 2019 - revela que, nos primeiros dez anos após a transferência da soberania de Macau, isto é, entre 2000 e 2009, foram lançadas 492 publicações e 634 nos dez anos seguintes, com um aumento de 142, ou seja, cerca de 1,3 vezes mais. Os três anos em que foram lançadas mais publicações jurídicas em Macau foram 2008 (73), 2015 (85) e 2016 (104), explicando-se o facto por, nestes anos, se terem realizado consultas públicas sobre vários diplomas legais e se terem publicado vários textos jurídicos em forma de livro, como por exemplo, a “Colectânea de Legislação” lançada pela Assembleia Legislativa de Macau.

Tabela 2: Informação estatística relativa ao número de publicações jurídicas lançadas em Macau de 2000 a 2019

Ano	Número de publicações lançadas
2000	52
2001	51
2002	46
2003	40
2004	44
2005	46
2006	40
2007	56
2008	73
2009	44
2010	49
2011	71
2012	55
2013	53
2014	47
2015	85
2016	104
2017	63
2018	55
2019	52
Total	1.126

2. Língua de publicação

A Tabela 3 abaixo - Informação estatística relativa às línguas utilizadas nas publicações jurídicas lançadas em Macau de 2000 a 2019 - mostra que foram lançadas 518 publicações em chinês, 275 em português e 34 em inglês; 277 publicações bilíngues em chinês e português, 6 em chinês e inglês, 1 em inglês e francês e 1 em português e inglês e 14 publicações trilingues em chinês, português e inglês. Destas 1.126 publicações lançadas, 815 contam com uma versão em chinês, representando 72,4% do número total dessas publicações lançadas; 567 com uma versão em português, representando 50,4%; e 55 com uma versão em inglês, representando 4,9%. Podemos ver que as obras académicas em matéria de Direito redigidas em chinês representam a maior percentagem do total das publicações lançadas (mais de 70%), seguidas das obras em português (aproximadamente 50%), muitas das quais contam com uma versão traduzida para chinês. São poucas as publicações em inglês. Muitas publicações numa língua estrangeira têm uma versão chinesa e são principalmente textos jurídicos e obras de divulgação jurídica.

Tabela 3: Informação estatística relativa às línguas utilizadas nas publicações jurídicas lançadas em Macau de 2000 a 2019

Língua	2000-2009	2010-2019	Total
Chinês	243	276	519
Chinês e português	109	167	276
Português	110	165	275
Inglês	19	15	34
Chinês, português e inglês	6	8	14
Chinês e inglês	2	4	6
Inglês e francês	1	0	1
Português e inglês	1	0	1
Total	492	634	1.126

3. Editoras

Conforme mostra a Tabela 4 - Informação estatística relativa às entidades que produziram publicações jurídicas em Macau de 2000 a 2019 - sem dúvida que

são os serviços públicos que produziram mais publicações jurídicas, envolvendo um total de 46 serviços públicos que produziram 937 publicações, representando 83,1% do total das publicações lançadas. É igualmente inegável que são os serviços públicos que lideraram a produção de publicações jurídicas. Em segundo lugar estão as associações que têm vindo a colaborar com o Governo na implementação das linhas de acção governativa, como por exemplo, a Associação de Divulgação da Lei Básica de Macau e a Federação das Associações dos Operários de Macau, que produziram publicações para a divulgação da Lei Básica de Macau e a Fundação Rui Cunha e a Associação de Estudos Jurídicos de Hou Kong, que produziram monografias na área do Direito. Em terceiro lugar estão as editoras privadas - houve 17 editoras privadas que produziram 31 publicações. Por fim, estão indivíduos que, por conta própria, produziram publicações - houve 2 indivíduos que publicaram um total de 10 livros.

Tabela 4: Informação estatística relativa às entidades que produziram publicações jurídicas em Macau de 2000 a 2019

Categoria de entidades que produziram publicações	Número de entidades que produziram publicações	Número de publicações lançadas
Serviços públicos	46	937
Associações	35	148
Editoras privadas	17	31
Indivíduos	2	10
Total	100	1.126

Seguem-se informações estatísticas relativamente a cada categoria de entidades que produziram publicações.

1) Serviços públicos que produziram publicações jurídicas

Podemos ver na Tabela 5 – Ranking dos serviços públicos que produziram publicações jurídicas de 2000 a 2019 - que a Assembleia Legislativa está em primeiro lugar no ranking com 193 publicações lançadas; seguem-se o Centro de

Formação Jurídica e Judiciária com 104 publicações lançadas, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça com 79 publicações lançadas, a Universidade de Macau com 67 publicações lançadas e a Imprensa Oficial com 57 publicações lançadas.

Tabela 5: Ranking dos serviços públicos que produziram publicações jurídicas de 2000 a 2019

Posição	Entidade que produziu publicações	Número de publicações lançadas
1	Assembleia Legislativa	193
2	Centro de Formação Jurídica e Judiciária	104
3	Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	79
4	Universidade de Macau	67
5	Imprensa Oficial	57
6	Fundação Macau	45
7	Direcção dos Serviços de Finanças	40
8	Instituto Politécnico de Macau	37
9	Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional	32
10	Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	26
10	Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	26
11	Instituto de Habitação	21
12	Instituto de Acção Social	19
13	Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	18
14	Instituto Cultural	15
15	Instituto para os Assuntos Municipais	14
15	Tribunais	14
16	Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	13
16	Ministério Público	13
17	Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	10
18	Fundo de Segurança Social	9
19	Gabinete para os Assuntos Legislativos	8
20	Conselho de Consumidores	7
20	Direcção dos Serviços do Ensino Superior	7
20	Comissariado contra a Corrupção	7

Posição	Entidade que produziu publicações	Número de publicações lançadas
20	Governo da RAEM	7
21	Corpo de Polícia de Segurança Pública	6
22	Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	5
22	Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional	5
22	Serviços de Saúde	5
23	Polícia Judiciária	3
23	Grupo de Trabalho da Lei do Planeamento Urbano	3
23	Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento	3
23	Serviços de Polícia Unitários	3
24	Assembleia Popular Nacional	2
24	Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	2
24	Revista Jurídica de Macau	2
24	Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos	2
25	Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	1
25	Fundo de Pensões	1
25	Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	1
25	Direcção dos Serviços de Correios	1
25	Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	1
25	Direcção dos Serviços de Economia	1
25	Comissariado da Auditoria	1
25	Centro de Arbitragem de Administração Predial	1
Total		937

2) Associações que produziram publicações jurídicas

Conforme mostra a Tabela 6 – Ranking das associações que produziram publicações jurídicas de 2000 a 2019 - a Associação de Divulgação da Lei Básica de Macau está em primeiro lugar no ranking com 39 publicações, seguindo-se a Fundação Rui Cunha com 26 publicações, a Associação de Estudos Jurídicos de

Hou Kong com 22 publicações, a Associação de Promoção Jurídica de Macau com 7 publicações e a União de Estudiosos de Macau com 6 publicações.

Tabela 6: Ranking das associações que produziram publicações jurídicas de 2000 a 2019

Posição	Entidade que produziu publicações	Número de publicações lançadas
1	Associação de Divulgação da Lei Básica de Macau	39
2	Fundação Rui Cunha	26
3	Associação de Estudos Jurídicos de Hou Kong	22
4	Associação de Promoção Jurídica de Macau	7
5	União de Estudiosos de Macau	6
6	Federação das Associações dos Operários de Macau	5
7	Associação da Justiça e da Procuradoria de Macau	5
8	Associação de Estudo de Direito Criminal de Macau	3
8	Associação Geral do Sector Imobiliário de Macau	3
8	Associação de Pesquisa de Delinquência Juvenil de Macau	3
9	Centro de Investigação Tecnológica 21.º Século	2
9	Associação de Intercâmbio de Cultura Chinesa de Macau	2
9	Associação de Estudos de Legislação e Jurisprudência de Macau	2
9	Associação de Investigação do Sistema Jurídico de Macau	2
10	Ordem dos Advogados de Cabo Verde	1
10	Aliança de Povo de Instituição de Macau	1
10	Associação de Pequenas e Médias Empresas de Macau	1
10	Associação de Educação de Macau	1
10	Associação dos Licenciados em Administração Pública	1

Posição	Entidade que produziu publicações	Número de publicações lançadas
10	Associação dos Técnicos da Administração Pública de Macau	1
10	Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau	1
10	Conselho Regional de Macau para a Promoção da Reunificação Pacífica da China	1
10	Instituto Ricci de Macau	1
10	Cáritas de Macau	1
10	Associação de Agentes da Área Jurídica de Macau	1
10	Associação de Estudos de Direito, Administração Pública e Tradução de Macau	1
10	Centro de Reflexão, Estudo e Difusão do Direito de Macau	1
10	Associação da Promoção do Direito de Macau	1
10	Associação dos Estudantes de Pós-Graduação em Direito de Macau	1
10	Associação dos Advogados de Macau	1
10	União dos Estudantes da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau	1
10	Instituto Internacional de Macau	1
10	Associação de Guia Turístico de Macau	1
10	Associação Académica de Educação de Macau	1
10	Associação de Professores de Macau	1
Total		148

3) Editoras privadas que produziram publicações jurídicas

A Tabela 7 - Ranking das editoras privadas que produziram publicações jurídicas de 2000 a 2019 – mostra que a Tempos de Iluminação Editora Lda e a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau estão empatadas no primeiro lugar do ranking com 5 publicações cada; seguem-se a Universidade da Cidade de Macau com 3 publicações; a Hall de Cultura, a Editora Guia, a Tipografia

Sinofare, Limitada e a Editora Kai Yuen de Macau todas empatadas no terceiro lugar com 2 publicações cada.

Tabela 7: Ranking das editoras privadas que produziram publicações jurídicas de 2000 a 2019

Posição	Entidade que produziu publicações	Número de publicações lançadas
1	Tempos de Iluminação Editora Lda.	5
1	Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau	5
2	Universidade da Cidade de Macau	3
3	Hall de Cultura	2
3	Editora Guia	2
3	Tipografia Sinofare, Limitada	2
3	Editora Kai Yuen de Macau	2
4	Delta Edições	1
4	Inside Asian Gaming	1
4	Joint Publishing (Macau) Company Limited	1
4	Editora da Zhuang Limitada	1
4	Zhong Hua Publishing Group Co., Limited	1
4	Man Sing Publishing Company Limited	1
4	Editora Livros do Oriente	1
4	Force Publication Ltd.	1
4	Huaxia Publishing House	1
4	Universidade de São José	1
Total		31

4) Indivíduos que produziram publicações jurídicas por conta própria

Por fim, a Tabela 8 - Ranking dos indivíduos que produziram publicações jurídicas de 2000 a 2019 – diz-nos que João António Valente Torrão está em primeiro lugar no ranking com 9 publicações, seguido de Paula Rute Pereira Garcez Nunes Correia com 1 publicação.

Tabela 8: Ranking dos indivíduos que produziram publicações jurídicas de 2000 a 2019

Posição	Entidade que produziu publicações	Número de publicações lançadas
1	João António Valente Torrão	9
2	Paula Rute Pereira Garcez Nunes Correia	1

III. Análise das monografias na área de Direito publicadas em forma de livro em Macau

1. Análise das obras de divulgação jurídica de Macau

A Tabela 9 - Informação estatística relativa aos temas abordados nas obras de divulgação jurídica publicadas em Macau de 2000 a 2019 - revela que foram lançadas 50 obras de divulgação jurídica entre 2000 e 2009 e 38 obras de divulgação jurídica entre 2010 e 2019, num total de 88 livros. Os temas mais discutidos são “Lei Básica de Macau” (25 livros); “Direito do trabalho” (14 livros), “Arbitragem” e “Divulgação Jurídica” (5 livros cada); “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” (4 livros); “Lei da salvaguarda do património cultural”, “Protecção de dados pessoais”, “Protecção dos direitos e interesses do consumidor” e “Administração predial” (3 livros cada).

Tabela 9: Informação estatística relativa aos temas abordados nas obras de divulgação jurídica publicadas em Macau de 2000 a 2019

Tema	2000 - 2009	2010 - 2019	Total
Lei Básica de Macau	21	4	25
Direito do trabalho	4	10	14
Arbitragem	0	5	5
Divulgação jurídica	3	2	5
Direito internacional - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	0	4	4

Tema	2000 - 2009	2010 - 2019	Total
Lei de salvaguarda do património cultural	1	2	3
Protecção de dados pessoais	2	1	3
Protecção dos direitos e interesses do consumidor	3	0	3
Administração predial	2	1	3
Direito penal	2	0	2
Regime das autorizações de residência	1	1	2
Lei da actividade de mediação imobiliária	0	2	2
Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção	0	2	2
Lei de segurança nacional	2	0	2
Lei tributária	1	1	2
Procuradoria	2	0	2
Direito notarial	1	0	1
Regime legislativo	1	0	1
Acidentes de trânsito	1	0	1
Associações	1	0	1
Direito comercial	0	1	1
Bandeira nacional	1	0	1
Direito internacional - Convenção sobre os Direitos da Criança	0	1	1
Lei de controlo do tabagismo	0	1	1
Direito da família	1	0	1
Total	50	38	88

2. Análise das obras académicas em matéria de Direito de Macau

1) Análise sobre as diferentes versões de publicações académicas lançadas

Podemos ver na Tabela 10 que foram lançadas em Macau 292 publicações académicas em matéria de Direito entre 2000 e 2019. Descontadas as publicações repetidas, ou seja, 37 publicações com vários volumes, foram lançadas 32 publicações em nova edição ou edição revista, 27 publicações em versão traduzida e 4 publicações em edição especial, sendo o número de obras originais publicadas apenas de 192. O número de publicações lançadas entre 2010 e 2019 registou um aumento de 54 em relação ao dos dez anos anteriores, o que justifica que os estudos académicos de Macau sobre a Ciência Jurídica estão a crescer, com um número médio de obras académicas publicadas por ano de 9,6.

Tabela 10: Informação estatística relativa às diferentes versões de livros jurídicos lançados em Macau entre 2000 e 2019

Situação concreta	2000-2009	2010-2019	Total
Número de publicações lançadas	104	188	292
Com vários volumes	6	31	37
Reedição e revisão	14	18	32
Versão traduzida	15	12	27
Edição especial	0	4	4
Número líquido de publicações	69	123	192

2) Análise sobre as línguas de publicação

Relativamente às línguas de publicação, conforme demonstra a Tabela 11, é óbvio que existe uma quantidade cada vez maior de obras jurídicas em chinês e em português. As publicações em português lançadas entre 2010 e 2019 registaram um aumento de 2,6 vezes, relativamente ao período entre 2000 e 2009, enquanto o número de monografias jurídicas publicadas em chinês aumentou 1,7 vezes.

Tabela 11: Informação estatística relativa às línguas utilizadas nas obras académicas em matéria de Direito lançadas em Macau de 2000 a 2019

Língua	2000-2009	2010-2019	Total
Chinês	90	152	242
Português	32	83	115
Chinês e português	4	7	11
Inglês	9	7	16
Chinês, português e inglês	0	2	2
Chinês e inglês	2	2	4
Inglês e francês	1	0	1
Português e inglês	1	0	1
Total	139	253	392

3) Análise sobre o número de publicações lançadas em cada ano civil

Podemos ver na Tabela 12, relativamente ao número de obras académicas em matéria de Direito publicadas em forma de livro em cada ano civil, que foram publicadas mais obras académicas em 2019 e 2013, com 25 publicações cada; depois, 2012 e 2015, com 21 publicações cada; 2014 e 2016, com 20 publicações cada; 2005 e 2011, com 15 publicações cada e 2006, 2007 e 2018, com 14 publicações cada, o que demonstra que há mais obras académicas em matéria de Direito publicadas em forma de livro no segundo decénio após a transferência da soberania de Macau em relação ao decénio anterior.

Tabela 12: Informação estatística relativa ao número de obras jurídicas lançadas em cada ano civil de 2000 a 2019

Ano	Número de publicações lançadas
2000	13
2001	2
2002	8
2003	5
2004	8
2005	15

Ano	Número de publicações lançadas
2006	14
2007	14
2008	13
2009	12
2010	14
2011	15
2012	21
2013	25
2014	20
2015	21
2016	20
2017	13
2018	14
2019	25
Total	292

4) Análise sobre o número de obras jurídicas lançadas por cada entidade que as produziu

Podemos ver na Tabela 13 as dez entidades que lançaram mais monografias na área do Direito em forma de livro em Macau: em primeiro lugar no ranking, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária com 45 publicações; no segundo, a Universidade de Macau com 42 publicações; em terceiro, a Fundação Macau com 41 publicações; no quarto lugar, o Instituto Politécnico de Macau com 30 publicações e em quinto lugar, a Associação de Divulgação da Lei Básica de Macau com 23 publicações. As obras jurídicas lançadas pelas duas entidades que se situam nos primeiros lugares no ranking, com pouca diferença quanto ao número de publicações lançadas, apresentam uma introdução, comentários e anotações a diferentes ramos do Direito; as obras jurídicas publicadas pela Fundação Macau são principalmente resultados de estudos académicos, lançadas em cooperação com a Social Sciences Academic Press (China) e distribuídas simultaneamente em Macau e no Interior da China. A Fundação Rui Cunha, a Associação de Estudos Jurídicos de Hou Kong e a União de Estudiosos de Macau

situam-se em sexto, sétimo e oitavo lugares, respectivamente, com 19, 10 e 6 publicações lançadas. Empatam em nono lugar João António Valente Torrão e a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, com 5 publicações cada e em décimo lugar a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional e o Ministério Público, com 4 publicações cada.

Tabela 13: Informação estatística relativa ao número de obras jurídicas lançadas em cada ano civil de 2000 a 2019

Posição	Entidade que produziu publicações	Número de publicações lançadas
1	Centro de Formação Jurídica e Judiciária	45
2	Universidade de Macau	42
3	Fundação Macau	41
4	Instituto Politécnico de Macau	30
5	Associação de Divulgação da Lei Básica de Macau	23
6	Fundação Rui Cunha	19
7	Associação de Estudos Jurídicos de Hou Kong	10
8	União de Estudiosos de Macau	6
9	João António Valente Torrão	5
9	Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau	5
10	Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional	4
10	Ministério Público	4
Total		234

5) Análise sobre o número de obras jurídicas feitas e/ou editadas pelo mesmo indivíduo

O conteúdo das obras académicas publicadas depende maioritariamente da formação profissional e da área de estudo e investigação dos respectivos autores e/ou editores, o que pode servir de referência para o futuro desenvolvimento académico-científico. Conforme demonstra a Tabela 14 - Informação estatística

relativa ao número de obras jurídicas feitas e/ou editadas pelo mesmo indivíduo - situam-se nos dez primeiros lugares 15 indivíduos, que elaboraram e/ou editaram um total de 131 publicações, representando 44,9% do total das obras jurídicas publicadas. Estão nos dois primeiros lugares do ranking Jeong Wan Chong e Rao Geping, especialistas em estudos sobre o princípio “Um País, Dois Sistemas” e a Lei Básica de Macau; estão, respectivamente, em terceiro e quarto lugares Cândida da Silva Antunes Pires, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, e Manuel de Oliveira Leal-Henriques, docente do Centro de Formação Jurídica e Judiciária; ambos estudam principalmente o Direito de Macau e as doutrinas jurídicas de Portugal, apresentando os seus comentários e anotações. Em quinto lugar está Zhao Guoqiang, que se dedica aos estudos sobre o Direito Penal de Macau.

Tabela 14: Informação estatística relativa ao número de obras jurídicas feitas e/ou editadas pelo mesmo indivíduo

Posição	Autor / Editor	Número de publicações lançadas
1	Jeong Wan Chong	31
2	Rao Geping	15
3	Cândida da Silva Antunes Pires	11
4	Manuel de Oliveira Leal-Henriques	10
5	Zhao Guoqiang	10
6	Wang Yu	9
7	Manuel Trigo	7
8	Leng Tiexun	6
8	Tong Io Cheng	6
9	João António Valente Torrão	5
9	Fong Man Chong	5
10	Iau Teng Pio	4
10	Fan Jianhong	4
10	He Zihui	4
10	Zhao Bingzhi	4
Total		131

6) Análise sobre o número de obras jurídicas relativamente aos temas abordados

A Tabela 15 mostra que, dos 27 temas mais abordados nas obras jurídicas publicadas, vem em primeiro lugar a Lei Básica de Macau, com 38 publicações; está em segundo lugar o Direito Económico de Macau, com 28 publicações; em terceiro lugar o Direito Civil de Macau empatado com o Direito Administrativo de Macau, com 21 publicações cada; em quarto lugar o Direito Penal de Macau e a ciência jurídica de Macau, com 20 publicações cada; em quinto lugar o Direito Comercial de Macau e o Direito Judiciário de Macau, com 12 publicações cada; em sexto lugar o Direito Internacional, o princípio “Um País, Dois Sistemas” e o Direito Processual Civil de Macau, com 10 publicações cada; em sétimo lugar a legislação de outros países, com 9 publicações; em oitavo lugar Macau e o Direito Internacional, a legislação da China, outros regimes jurídicos e o enquadramento jurídico de Macau, com 8 publicações cada; em nono lugar a Ciência Jurídica e o Direito Processual Penal de Macau, com 7 publicações cada; e em décimo lugar o regime legislativo de Macau, com 6 publicações.

Tabela 15: Informação estatística relativa aos temas abordados nas obras jurídicas publicadas em Macau entre 2000 e 2019

Posição	Tema	Número de publicações lançadas
1	Lei Básica de Macau	38
2	Direito Económico de Macau	28
3	Direito Civil de Macau	21
3	Direito Administrativo de Macau	21
4	Direito Penal de Macau	20
4	Ciência jurídica de Macau	20
5	Direito Comercial de Macau	12
5	Direito Judiciário de Macau	12
6	Direito Internacional	10
6	Princípio “Um País, Dois Sistemas”	10
6	Direito Processual Civil de Macau	10
7	Legislação de outros países	9

Posição	Tema	Número de publicações lançadas
8	Macau e o Direito Internacional	8
8	Legislação da China	8
8	Outros regimes jurídicos	8
8	Enquadramento jurídico de Macau	8
9	Ciência Jurídica	7
9	Direito Processual Penal de Macau	7
10	Regime legislativo de Macau	6
11	Direito notarial	5
12	Macau e a legislação de outros países	4
12	Macau e diplomas legais regionais	4
12	Diplomas legais regionais	4
12	Direito Processual Administrativo de Macau	4
12	Procuradoria de Macau	4
13	Direito Comercial	2
13	Direito Comparado de Macau	2
Total		292

IV. Conclusão

Nos 20 anos após a transferência da soberania de Macau, sob a liderança dos serviços públicos, o número de publicações tem aumentado constantemente, incluindo, nomeadamente, textos de leis e de regulamentos, documentos de consulta sobre diferentes regimes jurídicos, manuais de Direito e publicações jurídicas periódicas. Olhando para o número de publicações em português, a língua portuguesa continua a ocupar um lugar relevante na área do Direito. Devido ao carácter muito rigoroso, profissional e prático do Direito de Macau, e uma vez que é necessário passar por diferentes exames e avaliações profissionais para poder tornar-se um especialista em estudos de Direito, os livros jurídicos postos à venda e/ou disponíveis em bibliotecas são principalmente manuais de Direito, códigos e outros diplomas legais com ou sem anotações e comentários, acórdãos e jurisprudência. Relativamente às monografias na área do Direito, devido à

posição geográfica de Macau, o número de leitores é muito limitado, pelo que são poucos os estudos temáticos na área de Direito, sendo os temas mais discutidos a Lei Básica de Macau, o Direito Económico de Macau e o Direito Civil. Os autores e editores são maioritariamente professores das instituições de ensino superior, muitos dos quais da Universidade de Macau. Nos últimos anos, para divulgar, promover e utilizar, de forma ainda mais eficiente, os recursos jurídicos, os serviços públicos têm promovido a produção de publicações simultaneamente em forma de livro e em formato electrónico. Está previsto que não haja, no futuro próximo, grande alteração à situação de Macau em termos de bibliografia jurídica. Todavia, na sequência da construção da Grande Baía e de uma plataforma de ligação entre a China e os países lusófonos, os académicos e estudantes de pós-graduação de Macau podem vir a realizar mais estudos sobre estas matérias e a transformar os resultados destes estudos em livros a distribuir nas cidades envolvidas, de forma a reforçar a sua influência. Por fim, dado o sucesso da implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” em Macau, as referências para futuros estudos na área do Direito de Macau serão gradualmente enriquecidas, estimulando mais académicos do Interior da China a aprofundar os estudos sobre o Direito de Macau, particularmente nas áreas de legislação regional, direito comparado, cooperação judiciária e arbitragem.